POLÍTICA MUNICIPAL DE **SEGURANÇA**

E PREVENÇÃO



Avanços e desafios na prevenção social ao crime e à violência em territórios com alto índice de criminalidade violenta no município de Belo Horizonte.



POLÍTICA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO

ÍNDICE

SEGURANÇA E PREVENÇÃO	3
ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL (IVJ)	4
SEGURANÇA NAS ESCOLAS	6
PARCERIA ESTRATÉGICA	6
OCORRÊNCIAS NO INTERIOR DASESCOLAS MUNICIPAIS	7
PREMISSAS PARA O TRABALHO	9
PONTOS DE PARTIDA PARA INTERVENÇÃO	10
AS ESCOLAS COMO PORTA DE ENTRADA	11
O TERRITÓRIO COMO BASE PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO	12
OS JOVENS COMO SUJEITOS SOCIAIS E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA	13
O DIAGNÓSTICO PARA PLANEJAMENTO DAS AÇÕES	13
PROJETOS MUNICIPAIS DE PREVENÇÃOÀ CRIMINALIDADE	15
TREINANDO PARA A VIDA	16
MÃES DO ALTO	17
PROJETO AURORA: TERRITÓRIOSE TRAJETÓRIAS	19
JOVENS ATIVISTAS CONTRAA VIOLÊNCIA	19
AÇÕES REALIZADAS - 2017 A 2019	20
EDUCOMUNICAÇÃO - PROJETO CIDADANIA CRIATIVA - 2019	24
AÇÕES EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO	25

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção (SMPS)

Genilson Ribeiro Zeferino

Diretoria de Prevenção à Criminalidade (DCRI)

Márcia Cristina Alves

Gerência de Prevenção à Criminalidade em Territórios (GPTER)

Sebastião Everton de Oliveira

Elaboração: Márcia Cristina Alves e Sebastião Everton de Oliveira

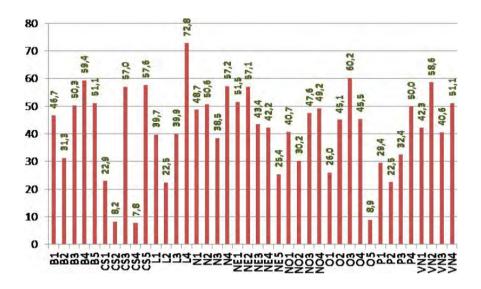
Belo Horizonte, Agosto de 2019.

SEGURANÇA E PREVENÇÃO

Desde que iniciamos nossa gestão na Secretaria Municipal de Segurança e Prevenção, temos nos esforçado para produzir dados e intervenções mais qualificadas no campo da Segurança Pública na cidade de Belo Horizonte.

Apostamos, portanto, na criação da Política Municipal de Prevenção a partir do Índice de Vulnerabilidade Juvenil (IVJ).

A partir do IVJ, priorizamos nossa atuação no campo da Prevenção ao Crime e às Violências apontando as regiões que precisavam de mais atenção do poder público. Com isso, a cidade foi subdividida em Territórios de Gestão Compartilhada (TGC) que nos têm permitido observar os lugares com maior registro de concentração de desvantagens sociais para a juventude de BH.



Indicador	Fórmula de cálculo
População-15a29anosde idade(2010)	População comidade entre 15 e 29 anos/População total * 100 (Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010, dados do Universo)
%deocupados-10a14 anosdeidade(2010)	População de indivíduos da faixa de 10 a 14 anos que trabalham (Fonte: IBGE-Censo Demográfico 2010, dados da Amostra)
Renda domiciliar média (2010)	Somadarendadas pessoas de 10 anos ou mais, residente sem domicílios particulares permanentes (Número dedomicílios particulares permanentes (Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, dados do Universo)
Taxa de abandono escolar no Ensino Médio (média 2013-2015)	Número de alunos matriculados no Ensino Médio que não complementaram o ano/Total de matrículas no Ensino Médio no início do ano*100 (Fonte: INEP - Censo Escolar, SMED)
Distorção Idade-Série no Ensino Médio (média 2013-2015)	Número de alunos matriculados no Ensino Médio com idade superior a 19 anos/Total de matrículas no Ensino Médio no início do ano* 100 (Fonte: INEP - Censo Escolar, SMED)
Taxa de homicídio populaçãomasculinade15 a 29 anos (média 2013-2015)	Número de homicídios de jovens do sexo masculino com idade entre 15 e 29 anos/ População masculina comidade entre 15 e 29 anos*100.000 (Fonte: SIM/SMSA)
Taxa de fecundidade na faixa etária de 15 a 19 anos (média 2013-2015)	Número de nascidos vivos de mães comidade entre 15 e 19 anos/População feminina comidade entre 15 e 19 anos* (Fonte: SINASC/SMSA)

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL (IVJ)

O IVJ foi organizado de acordo com o Decreto 16.404/2016/ PBH, que instituiu um Grupo de Trabalho com assessoria técnica do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública - CRISP/UFMG, para incentivar a pesquisa e o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a população jovem do município, bem como subsidiar a elaboração das políticas públicas envolvidas.

Por meio do IVJ, consolidamos algumas chaves para pensar a gestão da Política Municipal de Prevenção em Territórios da PBH, no intuito de intervir na realidade social antes que o crime aconteça.

Assim, priorizamos o desenvolvimento de projetos e ações de articulação comunitária e institucional em territórios de altos índices de vulnerabilidade e violências, a fim de reduzir a sensação de insegurança e interferência nos fenômenos próprios de produção dessas violências.

Priorizamos, então, a atuação da SMSP na Regional Leste.

L4 REGIONAL LESTE DE BH UM DOS TERRITÓRIOS PRIORITÁRIOS DE ATUAÇÃO DA SMSP





Nesse contexto, entendemos que a condição de vulnerabilidade não pode ser reduzida à simples formulação discursiva que reforça o estereótipo que territórios e pessoas pobres são mais violentos. Sobre isso, vale destacar que existem variáveis mais complexas, processos históricos e ângulos desfocados que merecem cuidado na busca de respostas.

SEGURANÇA NAS ESCOLAS

A partir dos dados do IVJ, realizamos escutas comunitárias e estudos coletivos para ler a confirmação e contradição daquilo que aparecia, sobretudo no contexto das vulnerabilidades. Essas escutas nos permitiram organizar a competência de execução da Política Municipal de Prevenção à Criminalidade. Considerando essas áreas e os elementos estruturais presentes nas comunidades em exercício, elegemos as escolas municipais como espaços privilegiados para a construção e execução de ações de prevenção.

PARCERIA ESTRATÉGICA

Após diálogos com a Secretaria Municipal de Educação (SMED), definimos as escolas como nossas principais parceiras, tendo em vista a crescente ocorrência de violências envolvendo as unidades escolares municipais e seu entorno.

Durante os diálogos, colaboramos na elaboração, execução e monitoramento do Plano de Segurança Escolar da Rede Municipal de Belo Horizonte (PlaSE), organizamos ações via Grupamento de Patrulha Escolar da GCMBH e capacitamos 34 GCMs para atuarem na mediação de conflitos. Além disso, instituímos com a SMED e a GCMBH o *GT Segurança nas escolas* com o objetivo de reunir uma equipe de profissionais das áreas de Segurança e Educação para pensar estratégias de estudo focalizadas no clima escolar. Paralelamente às demais políticas municipais, instituímos o *GT de Prevenção à Letalidade de Jovens*, como forma de ler e interferir na realidade. Assim, buscamos discutir e implantar projetos e ações para aumentar a capacidade da escola de promover transformações, especialmente no que se refere ao processo de tomada de decisões e proteção de sua comunidade escolar.

Na Regional Leste, fizemos parcerias com as Escolas Municipais Fernando Dias Costa, Doutor Júlio e Israel Pinheiro.

Dessa forma, participamos efetivamente no estudo e acompanhamento das ocorrências e fenômenos das violências comunitárias e na elaboração de material analítico fundamentado no processo histórico e nas dinâmicas próprias de cada comunidade.

OCORRÊNCIAS NO INTERIOR DAS ESCOLAS MUNICIPAIS



A SMSP tem se esforçado para reduzir a sensação de insegurança e colaborar para interferência nos fenômenos próprios de produção de violências que geralmente são, ao mesmo tempo, locais e mais amplas, individuais e coletivas.

Repensar o lugar e o papel da Guarda Civil Municipal diante da necessidade de proteção contra as violências no espaço escolar tem sido, sem dúvida, um dos nossos principais compromissos.

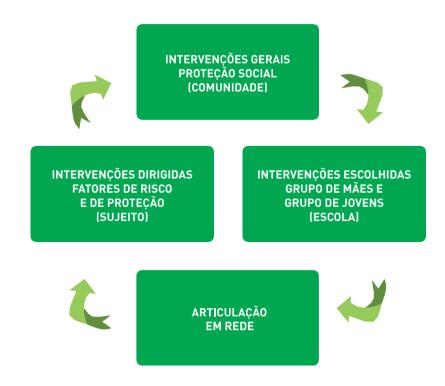
Sendo assim, a DCRI/SMSP tem investido em possibilidades de intervenção nas realidades violentas antes que o crime aconteça. Por esse motivo, tem construído o seguinte caminho para o desenvolvimento da Política Municipal de Prevenção à Criminalidade:

ATUAÇÃO NO TERRITÓRIO PlanosI ocaisde Grupos de Diagnósticos Cursos de Prevenção da Liderancas Locais Gestores Violência ATUAÇÃO NA GESTÃO Grupos de Estudos Planeiamentos Estratégias Trabalho Coordenadas Técnicos Intersetoriais Técnicos

Esses processos têm como centralidade a participação de agentes públicose comunitários para a congregação de informações (já produzidas ou ausentes na leitura de contexto) e para o engajamento nas decisões sobre os aspectos prioritários condizentes com cada elemento observado, uma vez que existe uma limitação na própria atuação do Estado.

Algumas apostas para execução da Política Municipal:

- identificação das desvantagens sociais concentradas;
- · ofertas mais territorializadas, focadas e menos universais;
- investimento em processos de inserção e escuta com os sujeitos mais afetados: estratégias na ordem da trajetória;
- investimento em processos de organização e participação comunitária estratégias na ordem do coletivo: coletivos organizados;
- escolas como porta de entrada para uma atuação territorial;
- ações intersetoriais a transversalidade da Prevenção.



Os públicos prioritários são adolescentes e jovens de 12 a 29 anos, maiores vítimas de violência letal, além de mães e mulheres que - com seus familiares e suas comunidades - também sofrem os efeitos dessas violências.

PREMISSAS PARA OTRABALHO

- 1) prevenir a violência no ciclo de vida das populações mais afetadas pela criminalidade violenta;
- 2) desenvolverações de prevenção à criminalidade em territórios com alto índice de vulnerabilidade juvenil;
- 3) contribuir para processos emancipatórios de sujeitos que enfrentam alguma situação de violência ou violação de direitos.



Nas ações dirigidas, temos apostado em um processo de mentoria (ou orientação e supervisão) de adolescentes e jovens que contam com um adulto para dar suporte na reflexão sobre os processos de escolhas feitas.

Esse trabalho pressupõe escuta ativa, diagnóstico e organização das perspectivas de vida desses jovens, levando em consideração seus desejos, as peculiaridades de cada indivíduo e as potencialidades das ofertas de proteção.

PONTOS DE PARTIDA PARA INTERVENÇÃO

O programa Municipal de Prevenção à criminalidade tem as seguintes referências técnicas: a) noção de trajetória, ou seja, a ideia de que existe um processo que deve ser visto ao longo do tempo - longitudinalmente - e que permite apreender o percurso temporal dos indivíduos em relação ao ambiente

mais ou menos permeável; b) o conceito de identidade, que pode ser positiva ou negativa, que se percebe por crise ou por construção de experiência vivida; c) o aspecto de territorialidade, a base que abriga processos excludentes, incluindo a segregação.

Nesse sentido, compreendemos que os serviços públicos deveriam contemplar as especificidades e a diversidade de demanda: 1) o problema da violência está relacionado a causas diversas e a indivíduos com demandas próprias; 2) os programas sociais enfrentam um conflito entre universalidade e especialização: produzir acesso e ao mesmo tempo atender a demandas heterogêneas; 3) os programas podem atuar como mediadores da política pública, articulando demandas locais com as respostas pensadas pelo campo político.

AS ESCOLAS COMO PORTA DE ENTRADA

A partir dessas premissas, entendemos que para atuarmos no território precisamos, por meio da gestão pública, desenvolver um olhar mais reflexivo, menos determinista e mais flexível. É nesse esforço que o *Projeto Territórios de Prevenção* tem se debruçado, apostando em uma leitura do território a partir do ambiente escolar, no exercício de construção de vínculos com a comunidade, suas potencialidades e seus desafios. Consideramos a escola um equipamento potente, que se relaciona com aqueles que estão diretamente vinculados a ela e também com toda a comunidade em seu entorno. É um equipamento que tem capilaridade, que possui estabilidade de um serviço reconhecido pela comunidade. Com isso, numa perspectiva comunitária, partimos da escola como ponto de análise de problemas e de atuação para mapear, diagnosticar e conhecer a realidade local e as problemáticas que envolvem a violência deste lugar social.

O TERRITÓRIO COMO BASE PARA POLÍTICA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO

A territorialidade torna-se uma variável relevante no desenho e na implementação de programas governamentais, devendo ter dimensão significativa na concepção da intervenção, buscando romper com a segmentação existente das políticas sociais e urbanas e produzindo resultados mais efetivos e duradouros. Com isso, é elemento fundamental e catalisador de potenciais e de reinvenção da cidadania.

As intervenções com foco no território, com ações dirigidas e gestão por proximidade, levam-nos a perceber a forca do estabelecimento de vínculos sociais entre os agentes da política e seus beneficiários. No caso da pauta da violência urbana, por exemplo, há uma demanda pela emergência de preservação da vida. Sendo assim, uma ação eficaz exige tanto uma especialidade quanto uma valorização do saber popular no que diz respeito às vivências da comunidade sobre o assunto. Perceber esta dimensão, que caracteriza o local como espaço educativo e constituído de relações sociais, abre a possibilidade para outras interpretações mais potentes e que são impulsionadoras de inovações no processo de emancipação, mitigação de violências e proteção das pessoas mais vulneráveis.



OS JOVENS COMO SUJEITOS SOCIAIS E VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA

Vivemos um paradoxo que, por um lado, sugere a autonomia e independência juvenil, mas que, por outro, tem revelado abandono e negligência por parte das agências e instituições políticas. Nesse sentido, os jovens têm sofrido de forma mais direta as consequências das políticas de ajuste, de violência estatal e de proposições arbitrárias do mercado financeiro. Neste tempo de incertezas e complexidade, eles têm precisado cada vez mais de suportes para se "individuar".

Esses são elementos que indicam um público específico, (jovens) com características específicas (negros) e condições sociais específicas (pobres em sua maioria), vítimas da violência urbana.

O DIAGNÓSTICO PARA PLANEJAMENTO DAS AÇÕES



Quando falamos em DIAGNÓSTICO, sugerimos uma concepção que trabalhe não só com dados e informações, mas que tenha também um olhar sobre uma região ou local que exige de uma rede institucional uma atuação compartilhada e integrada, visando produzir maior proteção social a públicos vulneráveis. O objetivo é reunir dados de diferentes agências sobre as ocorrências de violência e de criminalidade, associados às informações sobre a realidade local com a qualificação dos dados dos territórios, para produzir indicadores focados na população jovem de 12 a 29 anos. Busca-se, também, associar informações das áreas de educação e da segurança para construção de re-

ferências de análise e compartilhamento de dados. Isso torna tal diagnóstico um pré-requisito metodológico do programa para sua implantação e, ao mesmo tempo, um instrumento de articulação de programas e projetos que atuam no território.

Ouando as informações são compartilhadas, novas leituras sobre esse mesmo lugar são feitas, novos arranjos para solução de problemas são criados e novas configurações dos servicos são produzidas. O diagnóstico deixa de ser uma ferramenta estática e passa a ser uma produção coletiva de informações e base para atuação em rede no território. Desse diagnóstico, elabora-se e firma-se um Pacto de Prevenção às Violências, tanto na rede institucional quanto comunitária.



PROJETOS MUNICIPAIS

DE PREVENÇÃO À CRIMINALIDADE



TREINANDO PARA A VIDA



O projeto Treinando para a Vida - desenvolvido em parceria com a GCMBH em escolas com alto índice de violência - promove atividades educativas nas modalidades de futsal, cross training e danças urbanas, além do acompanhamento de trajetórias de jovens. Visa qualificar e restabelecer vínculos entre a escola, os jovens, a GCM e a comunidade, tendo como premissa o fortalecimento desses vínculos e o processo grupal como fatores de proteção. Atualmente essas ações estão sendo implementadas nas Escolas Municipais Israel Pinheiro, Fernando Dias Costa e Doutor Júlio Soares.



MÃES DO ALTO



É uma iniciativa da Política Municipal de Prevenção à Criminalidade que tem por objetivo mobilizar mulheres que precisam de suporte no sentido da violação de direitos de seus filhos e netos, num contexto de naturalização da violência em seus territórios. É um dos projetos estratégicos da SMSP, com articulação inicial nos bairros Taguaril, Alto Vera Cruz e Granja de Freitas para criar condições de escuta e promoção dessas mulheres, seus lutos e lutas, compreendendo as situações de violência não como uma fatalidade ou casualidade, mas como um processo social que pode ser evitado.









PROJETO AURORA: TERRITÓRIOS E TRAJETÓRIAS



Resultado de um chamamento público, é um dos projetos centrais da SMSP em parceria com a OSC Arebeldia, selecionada por meio de edital público. A parceria prevê ações pontuais e continuadas para o acompanhamento de trajetórias de jovens e suporte às ações de promoção e proteção da vida de sujeitos mais afetados pela violência na Regional Leste 4 (Alto Vera Cruz, Taquaril e Granja de Freitas). Essa experiência servirá de piloto para outras comunidades.



JOVENS ATIVISTAS CONTRA A VIOLÊNCIA

O projeto busca estruturar uma política afirmativa para consolidar uma rede de suporte para emancipação e construção de autonomia de jovens que precisam de proteção social. Tem como público prioritário jovens em processo de participação social na cidade, desassistidos institucionalmente e com urgências em sua condição de vida. Essa estruturação constitui uma articulação entre poder público municipal, movimentos sociais e colaboradores autônomos para organização de um Plano de Atendimento de Emergência e incidência estrutural nas políticas sociais, para efetivação de seus direitos e de sua proteção enquanto sujeitos sociais.

AÇÕES REALIZADAS

2017 A 2019



ARTICULAÇÕES COM O INSTITUTO INSTINTO DE VIDA PARA ESTRATÉGIAS DE REDUCÃO DE HOMICÍDIOS NA AMÉRICA LATINA



GRUPO INTEGRADO DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO - GISP LESTE





CURSO DE GESTORES





SEMINÁRIO LOCAL - 2018 REGIONAL LESTE - L4





ENCONTRO MÃES DE LUTO E LUTA - 2019











SEMINÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA E PREVENÇÃO - 2017









ENTREGA DO RELATÓRIO DE PREVENÇÃO À LETALIDADE JUVENIL - 2019







AÇÕES PARA MELHORIA DA SEGURANÇA NAS ESCOLAS - 2018





EDUCOMUNICAÇÃO PROJETO CIDADANIA CRIATIVA - 2019

O projeto é desenvolvido pela Associação Imagem Comunitária (AIC) e tem como objetivo promover o protagonismo juvenil por meio de oficinas formativas de educomunicação que abordam três linguagens principais: artes gráficas, fotografia e audiovisual.

A proposta dessa parceria é desenvolver transformações positivas nas escolas e comunidades a partir dos próprios estudantes.

Durante o desenvolvimento do projeto, são promovidas experimentações e produções nos laboratórios de fotografia e áudio com suporte do Plug Minas.





AÇÕES EM FASEDE IMPLEMENTAÇÃO



OFERTAS PARA MÃES/MULHERES

Mais de 80 mulheres atendidas durante nas ações.

- Campanha de promoção da igualdade de gênero
- Visitas monitoradas a espaços públicos
- Jovens em acompanhamento pelo risco de morte (mentores)
- Oficinas de empreendedorismos e geração de renda
- Oficinas de empoderamento feminino (jovens)
- Oficinas de geração de renda e empreendedorismo
- Ações Mães do Alto

OFFRTAS PARA JOVENS

Mais de 300 adolescentes e jovens atendidos durante as ações

- Jovens em acompanhamento que correm risco de morrer
- Oficinas de empreendedorismo e geração de renda
- Planos de acompanhamento individual (PAI)
- Oficinas de percurso de vida
- Oficina sobre a cidade e direito a espaços públicos
- Oficinas sobre jovens: acesso à cidade e aos espaços públicos
- Visitas a espaços públicos
- Incubadora do funk (Observatório do Funk)
- Oficinas de esporte, dança e crossfit de jovens em conflito com a escola
- Oficinas de funk como proteção social com meninos e meninas do socioeducativo

OFERTAS ARTICULAÇÃO COMUNITÁRIA

3 territórios prioritários (Granja de Freitas, Taquaril e Alto Vera Cruz)

- Diagnóstico local participativo (fatores de risco e proteção)
- Plano local de prevenção social à violência e criminalidade
- Proieto de ação coletiva/IVJ/Jovens multiplicadores
- Curso sobre IVJ/Jovens multiplicadores
- Exposições itinerantes "Memórias Comunitárias"
- Encontros de integração comunitária
- Guia de oferta para jovens
- Suportes para eventos na quebrada
- Aplicativo com ofertas e fluxos para atendimento a jovens
- Viagens intermunicipais

